



SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho
Coordenação-Geral de Normatização e Programas

**ATA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO NACIONAL TEMÁTICA TRIPARTITE
DA NR-29 (COMISSÃO PERMANENTE NACIONAL PORTUÁRIA – CPNP)**

Data: 07 e 08 de novembro de 2013.

Local: Rua Visconde de Inhaúma, nr. 134 gr 1005 – Centro – Rio de Janeiro (RJ)

Participantes: Rosângela Mendes Ribeiro Silva (MTE/SRTE/SP), Soraya Silveira (MTE/SRTE/PE), Raul Vital Brasil (DFTPA/SIT/MTE), Luis Gustavo Manfre (MTE/SRTE/SC), Antonio Carlos Garcia Junior (FUNDACENTRO/ES), Maria Muccillo (FUNDACENTRO/RS), Solange Schaffer (FUNDACENTRO/SP), Saulo (FUNDACENTRO/RJ), Álvaro Diniz de Carvalho (DPC), Mirley (DPC); Armando Ribeiro Moreira (MT), Antonio Neto (SEP), Maria Cristina Dutra (SEP), Mauro Jose Rocha de Araujo (DPC), Guanito Prado A. Filho (FNP), Rogério Porto Veleda (FENCCOVID), Juan Francisco de Oliveira (FENCCOVID), Robson Santos (FNE), Luiz Sergio Soares Mamari (CNC), João Carlos Matar (CNT), Angelo Rosestolato Soares (CNI), João Carlos Ramos (TRANSPETRO), M'lhomem (TRANSPETRO); Resano (SYNDARMA); Mario Bastos Ferraz de Mendonça (SYNDARMA); Luiz Antonio Fayet (CNA); Tatiana Oliveira (ABRATEC); William Cady Jr. (FENOP); Lindolpho Tavares Filho (FNE)

Registramos que esta reunião foi realizada em dois dias: tarde do dia 07/11, e em todo o dia 08/11, sendo o primeiro dedicado exclusivamente a organização do 3º Congresso Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho Portuário e Aquaviário, coordenada pela FUNDACENTRO e o segundo a reunião ordinária da CPNP.

Dia 7 de novembro: 13:30 h às 17:30 h

O Sr. Antonio Carlos Garcia Junior, representante da Fundacentro (ES), iniciou os trabalhos como coordenador da reunião dando as boas vindas aos presentes que são membros das Comissões: Portuária (CPNP da NR29) e Aquaviária (CPNA NR 30) que se reuniram para debater a realização conjunta do 3º Congresso Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho Portuário e Aquaviário em 2014.

Inicialmente, fez um breve histórico relatando que houve a realização de dois congressos de segurança e saúde no trabalho portuário e aquaviário, sendo o primeiro no ano de 2000 na cidade de Vitória (ES) e o segundo no ano de 2002 em Santos (SP). Explanou sobre a importância da realização do congresso como forma de socializar experiências positivas de prevenção de acidentes e doenças no trabalho que poderiam ser aplicadas em outros portos brasileiros.

A representante da FUNDACENTO (RS) relatou a grandeza dos dois últimos congressos e a importância de elaboração dos anais com a entrega dos mesmos na pasta do evento e que isso deverá ocorrer novamente em 2014.

Foi citado pelos presentes que tem vários anos que as comissões têm sugerido que o congresso possa ser novamente realizado e dessa forma todos os presentes concordaram da importância da sua realização e por unanimidade ficou aprovado para o ano de 2014, cabendo a Fundacentro a tarefa de organizar e realizá-lo, o que foi aceito pela Diretora Técnica da Fundacentro, Sra. Solange Schaffer. Em seguida, as deliberações foram abordadas por tópicos.

1. Data e Local do Congresso:

Quanto ao local para realização o Sr Guanito Prado (FNP) lembrou que na ultima vez que o assunto foi pautado houve concordância quanto a realização do congresso na cidade do Rio de Janeiro (RJ) ou Recife (PE). Os presentes, em consenso, dispuseram que com a realização da copa do mundo de futebol a realização do congresso nestas cidades ficaria prejudicada pelos preços de hospedagem e dificuldades para o transporte aéreo. O Sr. Antonio Carlos Garcia Junior (Fundacentro) apresentou a possibilidade de ser realizado na cidade de Itajaí (SC), por haver uma oferta da prefeitura local de cessão, de forma gratuita, do Centro de Convenções da cidade e a possível participação da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI da promoção do evento.

Diante disso, os presentes aprovaram por unanimidade a realização do congresso em Itajaí (SC) por considerarem ainda que na região existem vários portos e terminais, assim como infraestrutura hoteleira adequada para suportar o evento.

Ficou decidido também que o evento teria uma abertura a noite com pronunciamento dos atores sociais do setor sobre a questão da segurança e saúde dos trabalhadores, uma palestra magna, um coquetel de boas vindas e mais dois dias integrais de trabalho.

A seguir foi discutida a questão da data para a realização do congresso, onde foram apresentadas as seguintes possibilidades: 20 a 22 de maio (antes do mundial de futebol), 26 a 28 de agosto e 23 a 25 de setembro. Após debate ficou aprovado o período de 23 a 25 de setembro de 2014 para realização do IIIº Congresso Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho Portuário e Aquaviário.

2. Aprovação do Regimento Interno

A seguir foi lido para os presentes o Regimento Interno do Iº Congresso Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho Portuário e Aquaviário, realizado no ano de 2000 na cidade de Vitória (ES), a fim de ser atualizado e utilizado em 2014. Após a leitura e as mudanças do texto conforme Regimento Interno anexo a esta ata, ficou decidido que seria necessário a realização da primeira reunião da Comissão Executiva, sendo acertado a data de 12 de dezembro na cidade de São Paulo (SP), na sede da FUNDACENTRO, quando então haverá a leitura final do Regimento Interno, debatido as mudanças sugeridas e sua aprovação, logo a aprovação final do regimento será feita pela Comissão Executiva do Congresso. Coube a FUNDACENTRO fazer a convocação das entidades a fim de que elas indiquem seus representantes na Comissão Executiva.

3. Dos Recursos Financeiros

Ficou acertado que os custos do evento serão compartilhados pelas entidades membros da Comissão Executiva que doravante também serão as entidades organizadoras, podendo também haver captações de recursos de empresas ou instituições apoiadoras.

4. Informes e outros assuntos.

Debateu-se qual seria o tema central do congresso, se seria geral ou algum item em particular. Considerando que não houve consenso, foi decidido que seria pauta da reunião da Comissão Executiva em dezembro. Coube a Fundacentro apresentar em dezembro um cronograma de trabalho para que o congresso possa ter suas etapas acompanhadas e todo o planejamento possa ser concluído sem surpresas.

Aberto para as considerações finais foi dado por encerrada à reunião.

Dia 08/11/2013 - Reunião Ordinária da CPNP

Após a conferência de quorum foi aberta a reunião pela coordenadora atual, Rosângela Mendes Ribeiro Silva, representante do MTE, que se apresentou ressaltando a importância da nossa reunião e o valor do nosso trabalho conjunto. A coordenadora explica que a FENOP havia solicitado representação nesta comissão, no entanto como a representação patronal está completa, poderiam participar como convidados. O Sr. William, representante da FENOP, se apresenta e expressa a intenção de participar do grupo, inclusive relata a possibilidade de articulação com o Ministro para alteração da portaria sobre o assunto. Registrado também que a ABRATEC fez um pedido formal para participação. O representante patronal, Mamari (CNC), explica que as vagas foram inicialmente ocupadas com representantes das confederações, tanto patronais quanto de trabalhadores. Foi discutido que na CTPP há 6 vagas por bancada e que poderia também estender tal entendimento para a CPNP. Ficou definido, então, que essas entidades podem participar como convidados.

A coordenadora solicita a atenção de todos para a necessidade de uma retificação e/ou ratificação da ata da reunião ordinária, vigésima sétima, que ocorreu em São Francisco do Sul (SC), onde houve um assunto aprovado, que não constou em ata como aprovado, pois a redatora Grasielle, não tendo toda a redação, repassou email aos membros de todas as bancadas, tendo tido a resposta do Sr. Guanito, representante da FNP, com a redação aprovada, que constou da ata, não constando apenas que foi aprovada.

O item em referência é: **Proposta MTE – Locais de Repouso e Aguardo de Serviço – subitem 29.4.1.1**, cuja redação é:

29.4.1.1. Toda instalação portuária deverá ser dotada de local para aguardo de serviço que deve:

- a) Ter paredes em alvenaria ou material equivalente;*
- b) Ter piso em concreto cimentado ou material equivalente;*
- c) Ter cobertura que proteja contra as intempéries;*
- d) Possuir área de ventilação natural, composta por no mínimo duas aberturas adequadamente dispostas para permitir eficaz ventilação interna;*
- e) Garantir condições de conforto térmico, acústico e de iluminação;*
- f) Ter assentos em número suficiente para atender aos usuários durante a sua pausa na jornada de trabalho;*
- g) Ter pé direito de 2,40m ou respeitando-se o que determinar o código de obras do município;*

- h) Possuir proteção contra riscos de choque elétrico e aterramento elétrico;*
- i) Ser identificado de forma visível e não poderá ser utilizado para outras finalidades;*
- j) Ser mantido em perfeito estado de conservação e limpeza.*

Rosângela sugere retificar a ata da 27ª Reunião Ordinária em São Francisco (SC), incluindo que o item foi aprovado. O Sr. Fayet (representante da CNA), sugere analisar com os representantes patronais. Rogério, representante da FENCOVIB, resgata a ata provisória da reunião em questão, onde constava a aprovação deste item, ficando esclarecido que já havia consenso em relação a esse item. Foi decidido, então, por todos, registrar nesta ata, a aprovação deste item 29.4.1.1. que ocorreu na 27ª reunião ordinária.

1. Leitura e aprovação da ata da 28ª RO da CPNP - Manaus.

A Sra Rosângela esclarece que a ata foi encaminhada a todos os presentes, não tendo tido registros de alterações. Para tanto, colocou novamente ao grupo, para que confirmassem ou não a redação encaminhada. Tendo em vista que não houve ponderações, houve consenso na aprovação da ata da 28ª reunião ordinária.

Após, a coordenadora pondera pendências de reuniões anteriores, informando que o Sr. José Adilson, representante da CONTTMAF, havia solicitado palestra e discussão sobre a atual Lei dos Portos, lembrando a todos que para inclusão na pauta, a parte interessada deve fazer solicitação formal à coordenação.

Após, aborda-se o assunto sobre “plataforma de serviço”, tema em pauta em “outros assuntos” na reunião anterior. O Sr. Rogério que trouxe a demanda se compromete a apresentar sugestões na próxima reunião, ficando de encaminhar ao Sr. Adilson para que este faça uma sugestão da bancada por escrito.

Rosângela diz ser assunto de suma importância e atual, tendo em vista que a NR-35-Trabalho em Altura está interligada com o tema sobre plataformas de serviço levantado pelo Sr. Rogério e que a NR-35 foi tema da 28ª reunião, sendo que o assunto não foi encerrado. O representante da ABRATEC comenta que está implantando a NR-35, mas que está sentindo algumas dificuldades. Rosângela comenta que o assunto está em aberto para discussão, sendo que no momento, o que vale é o que está prescrito na NR-35. O Sr. Rogério comenta sobre a dificuldade do ponto de ancoragem para os estivadores envolvidos na movimentação de containeres. Rosângela comenta que seria interessante se nas comissões para discussão de normas diversas tais como a NR-12, NR-35, houvesse representação do setor portuário de qualquer bancada. Houve consenso, que devido a importância do assunto, trabalho em altura será mantido em pauta em próximas reuniões. A bancada patronal comenta que já está sentindo o efeito das autuações e Rosângela ressalva que esta é mais uma razão para que o setor patronal apresente propostas para atendimento a norma em consonância com a realidade do setor. Após alguns embates, ficou acordada que na próxima reunião da CPNP seria incluída visita a porto que já esteja em andamento a aplicação a NR-35.

2. Segurança em armazéns e silos – inclusão de subitens – FUNDACENTRO;

O representante do Syndarma diz que o assunto foi aprovado na ata da 24ª reunião e estava faltando apenas a análise da CNA, apresentando o texto abaixo:

29.3.9.6- Segurança em Armazéns e Silos

29.3.9.6.1- Os armazéns e silos onde houver trânsito de pessoas devem dispor de sinalização horizontal em seu piso, demarcando área de segurança e sinalização vertical que indique outros riscos existentes no local.

29.3.9.6.2- Toda instalação portuária que tenha em sua área de abrangência local onde uma atmosfera explosiva de gás, vapor, névoa e/ou poeira combustível esteja presente deverá dispor de regulamento interno que estabeleça normas de segurança para entrada e permanência de pessoas nestes locais, liberação para serviços a quente como solda elétrica ou corte a maçarico (oxiacetileno), circuito elétrico e iluminação classificado para este tipo de área e sistema de aterramento que controle a energia estática, devendo ainda comprovar com documentação a efetiva execução das recomendações de segurança para o controle dos riscos de explosões e incêndios.

Comenta que a Fundacentro acrescentou o outro item 29.3.9.6.2 que fala de poeiras explosivas. Antonio Carlos explica que tal alteração consta em ata e comenta sobre os vários acidentes que ocorreram nos últimos três meses relacionados ao assunto em pauta e ressalta a importância de gestão de risco nessa área. O Sr. Fayet explica que houve reuniões em sua bancada e as deliberações foram aceitas e aprovadas conforme consta na ata da 24ª reunião. Assim, ficou aprovado por todos o texto acima destacado conforme consta na ata da 24ª reunião.

3. Risco de quedas em barreiras – inclusão de subitens – Syndarma

Das reuniões anteriores acerca do assunto se tem:

29.3.8.2.1 Na avaliação específica de riscos de queda de barreiras ou deslizamento volumoso de granel seco, deverá ser levado em conta, no mínimo, o ângulo de repouso do produto a granel.

29.3.8.2.1 Na avaliação específica de riscos de queda de barreiras ou deslizamento volumoso de granel seco, efetuada pela pessoa responsável, deverá ser levado em conta, no mínimo, o ângulo de repouso do produto a granel. (Bancada dos Trabalhadores)

Proposta do Syndarma:

29.3.8.2.1 Na avaliação específica de risco de queda de barreiras ou deslizamento de cargas de granel sólido, deverá ser levado em conta, obrigatoriamente, o ângulo de repouso do produto, conforme estabelecido na ficha do produto constante no Código Marítimo Internacional para Cargas Sólidas à Granel (IMSBC), da IMO.

Inicialmente o representante do Syndarma sugere retirar do item 29.3.8.2 da norma já existente o termo “outros recintos similares”, uma vez que o ângulo de repouso não se aplica a armazéns, pois o Código IMDG só se aplica a porões.

A redação deste item é: **NR 29.3.8.2** Quando houver risco de queda ou deslizamento volumoso durante a carga ou descarga de graneis secos, nenhum trabalhador deve permanecer no interior do porão e outros recintos similares.

O grau de exigência do ângulo de repouso em porões é superior ao que seria para o caso de armazéns. Abre-se a discussão e a bancada do governo não aceitou esta retirada, então a bancada patronal sugere colocar o conteúdo do item 29.3.8.2.1 como subitem 29.3.4.19 do item 29.3.4 Porões, desta forma manteria o item 29.3.8.2 como está, considerando que esta situação é específica para trabalhos em porões. Todos concordaram com a inclusão do texto aplicado a porões. Antonio Carlos da Fundacentro insiste que o IMSBC se refere a densidade do produto e não necessariamente ao porão e por isso deveria ser levado em

consideração para armazém. O representante do Syndarma sugere a Fundacentro avaliar se este índice pode ser utilizado para armazém. Os trabalhadores lançam nova proposta:

29.3.8.2.1. A avaliação específica de risco de queda de barreiras ou deslizamento de cargas de granel sólido, armazenada em porões, deverá ser efetuada por pessoa responsável, levando em conta, obrigatoriamente, o ângulo de repouso do produto, conforme estabelecido na ficha do produto constante no Código Marítimo Internacional para Cargas Sólidas à Granel (IMSBC), da IMO.

Levanta-se a questão que as autoridades portuárias e outros órgãos deveriam adotar o Código Marítimo Internacional para Cargas Sólidas a Granel (IMSBC) da IMO, e utilizar para regulamentar a estocagem e movimentação de granéis sólidos em suas áreas de carga e descarga. A bancada patronal não aceita usar o Código IMSBC para armazéns e sugere aprovar o item acima específico para porões. Assim fica aprovado este item sob numeração 29.3.8.2.1 e mantido o já existente 29.3.8.2.

Antonio Carlos irá estudar o assunto de angulação no Código IMSBC e sua aplicabilidade nos armazéns para discussão na próxima reunião.

4. Proposta MTE- 29.3.10 Segurança nos trabalhos de limpeza e manutenção nos portos e embarcações- Alteração do texto do subitem 29.3.10.1 e 29.3.10.1.1

Foi feita a leitura do texto atual e da argumentação para modificação. Foi proposta a seguinte redação:

29.3.10.1 - Na limpeza de tanques de carga, óleo ou lastro de embarcações que contenham ou tenham contido produtos tóxicos, corrosivos e ou inflamáveis **será obedecido o previsto na NR 33 – Segurança e Saúde nos Trabalhos em Espaços Confinados. Excluir todas as alíneas**

29.3.10.1.1 As determinações do item anterior aplicam-se também, aos demais locais confinados ou de produtos tóxicos ou inflamáveis.

O Syndarma sugere suprimir o item 29.3.10.1.1. No entanto, Soraya, do MTE, levanta a questão se valeria a pena perder esse subitem, pois ele inclui outros ambientes que poderiam não ser considerados ambientes confinados. A ABRATEC indaga, que conforme proposto, se for ambiente aberto com risco tóxico, será necessário vigia, no caso de aplicar a NR-33? Após debates, decidiu-se que este item será adiado para que o MTE avalie se há mesmo necessidade da alteração citando a NR-33 ou se mantém como está. Antonio Carlos explica que as outras situações em aberto neste item eram supostas para os trabalhadores de bloco e que tal atividade não é mais desenvolvida por trabalhador portuário.

5. Proposta de exclusão de expressão no texto do subitem 29.6.3.5 – CNT e nova proposta apresentada pelo MTE

Na reunião anterior houve consenso que a informação ao trabalhador deve chegar em português. Rosângela expõe os motivos de sua redação baseada na necessidade de que os trabalhadores precisam conhecer o tipo de carga que estão movimentando, sua quantidade e procedimentos em caso de emergência. Explicou que a proposta intermediária do MTE permite que estas informações cheguem aos trabalhadores em português. Após as explicações, foi aceita a proposta MTE, abaixo descrita:

29.6.3.1 *Do armador ou seu preposto*

29.6.3.1.1 *O armador ou seu preposto, responsável pela embarcação que conduzir cargas perigosas embaladas destinadas ao porto organizado e instalação portuária de uso privativo,*

dentro ou fora da área do porto organizado, ainda que em trânsito, deverá enviar à administração do porto e ao OGMO, pelo menos 24 h (vinte quatro horas) antes da chegada da embarcação a documentação contendo:

a) declaração de mercadorias perigosas conforme o Código Marítimo Internacional de Mercadorias Perigosas - código IMDG, com as seguintes informações, conforme modelo do Anexo VII.

I. nome técnico das substâncias perigosas, classe e divisão de risco;

II. número ONU - número de identificação das substâncias perigosas estabelecido pelo Comitê das Nações Unidas e grupo de embalagem;

III. ponto de fulgor, e quando aplicável, temperatura de controle e de emergência dos líquidos inflamáveis;

IV. quantidade e tipo de embalagem da carga;

V. identificação de carga como poluentes marinhos;

b) ficha de emergência da carga perigosa, em português, contendo, no mínimo, as informações constantes do modelo do Anexo VIII;

c) indicação das cargas perigosas - qualitativa e quantitativamente - segundo o código IMDG, informando as que serão descarregadas no porto e as que permanecerão a bordo, com sua respectiva localização.

29.6.3.5 Cabe ao OGMO, titular de instalação portuária de uso privativo ou empregador:

a) enviar aos sindicatos dos trabalhadores envolvidos com a operação, cópia da documentação de que tratam os subitens 29.6.3.1.1, alíneas “b” e “c”, e 29.6.3.2.1 desta NR com antecedência mínima de 24 h (vinte e quatro horas) do início da operação;

b) instruir o trabalhador portuário, envolvido nas operações com cargas perigosas, quanto aos riscos existentes e cuidados a serem observados durante o manejo, movimentação, estiva e armazenagem nas zonas portuárias;

c) participar da elaboração e execução do PCE;

d) responsabilizar-se pela adequada proteção de todo o pessoal envolvido diretamente com a operação;

e) supervisionar o uso dos equipamentos de proteção específicos para a carga perigosa manuseada;

6. Proposta de modificação “Cargas Perigosas – Explosivos – FNP;

O Sr.Guanito expõe a proposta de alteração do item 29.6.4 e comenta que, infelizmente, o Exército não compareceu e sugere uma convocação por parte da SIT, no papel de coordenadora, para uma apresentação sobre cargas perigosas pelo exército na próxima reunião, tendo em vista que entende que esta apresentação vai esclarecer muitos pontos que estão sendo discutidos. Após debates houve acordo que o item 29.6.4. deve ser mantido com a redação atual. Quanto ao item 29.6.4.1 foram sugeridas as seguinte opções de alterações :

I - 29.6.4.1 Nas operações com explosivos - Classe 1:

a) limitar a permanência de explosivos nos portos até a liberação pelos órgãos anuentes;

II - 29.6.4.1 Nas operações com explosivos - Classe 1:

a) limitar a permanência de explosivos nas instalações portuárias ao tempo mínimo necessário para a liberação pelos órgãos anuentes;

a.1- A permanência de explosivos na área portuária quando necessária, deve ser efetuada com a homologação prévia da autoridade portuária e a devida autorização do exército brasileiro.

A Fundacentro não concorda com as argumentações apresentadas e considera que a previsão da carga que vai chegar já é suficiente para que os órgãos anuentes tenham conhecimento com antecedência e se programem para a liberação, não sendo, portanto, necessário que os explosivos permaneçam no porto. Ao consultar as partes, a bancada do governo apoia não alterar a NR, no entanto a bancada patronal e dos empregados são pela mudança.

O Sr. Guanito mais uma vez alega que a gestão de riscos possibilita a permanência da carga e impede sua transferência para locais inadequados e sugere incluir uma alínea “b” conforme indicado abaixo e remanejar a numeração das demais, sem mexer no item 29.6.5.6.1:

29.6.4.1. Nas operações com explosivos - Classe 1:

a) limitar a permanência de explosivos nas instalações portuárias ao tempo mínimo necessário para a liberação pelos órgãos anuentes;

b) a permanência de explosivos na área portuária, quando necessária, deve ser efetuada com a homologação prévia da autoridade portuária e a devida autorização do Exército do Brasil.

c) evitar

Antonio Carlos diz que a discussão do texto não agrega segurança na NR-29 e sugere Nota Técnica para atender às demandas aqui discutidas, uma vez que a preocupação se deve a probabilidade de ocorrer multas. O Sr. Raul, representante da Divisão Portuária da SIT, ficou de levar o assunto à SIT. Finalmente, decidiu-se que o assunto permanece em pauta, aguardando a posição do Exército para a próxima reunião e amadurecimento do assunto pelas partes.

7. Informes e outros assuntos

Antes do encerramento, a coordenadora sugere que uma das reuniões da comissão no próximo ano seja em Itajaí, aproveitando a realização do Congresso e abre a discussão para outras propostas. Foram sugeridas visita aos terminais Embraport, Brasil Terminais, Libra, Santos-Brasil, todos terminais de containeres em Santos. O Sr. Luiz Gustavo, representante do MTE, sugere reunião extraordinária sobre trabalho em altura no porto de Santos com possível visita a uma dessas empresas para verificar, mais especificamente, os procedimentos adotados para trabalho em altura. Houve concordância de todas as bancadas. Dessa forma, ficou estimado o calendário abaixo para o ano de 2014:

- Reunião extraordinária em março sobre trabalho em altura. Deverá ocorrer em Santos com visita técnica a uma das empresas mencionadas pela manhã e a tarde a reunião.
- Reunião Ordinária em Maceió na primeira quinzena de maio.
- Reunião Ordinária em setembro em Itajaí aproveitando a realização do Congresso. Não haverá visita, apenas a reunião ordinária.
- Reunião Ordinária em Salvador em novembro.

Aberta a palavra, não havendo mais manifestações, a reunião se encerrou.